



COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO
CNPJ/MF Nº 42.266.890/0001-28

MINISTÉRIO DA
INFRAESTRUTURA



RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO – 2018

1. A EMPRESA

A Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ, transformada de empresa de economia mista em empresa pública, sob a forma de sociedade anônima, inscrita no CNPJ nº 42.266.890/0001-28, com sede na Rua Acre nº 21, Centro, Rio de Janeiro, constituída por meio do Decreto-Lei nº 256, de 28.02.1967, tem por objeto social exercer as funções de autoridade portuária no âmbito dos portos organizados no Estádio do Rio de Janeiro, sob sua administração e responsabilidade, em consonância com as políticas públicas setoriais formuladas pela Secretaria Nacional de Portos da Infraestrutura.

É regida pela Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76 e suas alterações), no que lhe for aplicável, pelo seu Estatuto Social e pela Lei nº 12.815/2013, regulamentada pelo Decreto nº 8.033/2013 e suas alterações, a qual dispõe sobre a exploração direta e indireta, pela União, de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários, bem como pela Lei nº 13.203/2016, regulamentada pelo Decreto nº 8.945/2016, que trata das obrigações das empresas públicas.

Tem como missão garantir a efetividade operacional dos seus portos com sustentabilidade, competitividade das operações e foco na satisfação dos usuários, como agente de desenvolvimento socioeconômico e ambiental. A sua visão é ser reconhecida, até 2020, como a autoridade portuária referência no que tange à gestão portuária e agregação de valor ao usuário, com sustentabilidade econômico-financeira e ambiental.

A valorização do capital humano, comprometimento, transparência, a CDRJ planeja e executa suas ações pautada no seu relacionamento com a sociedade.

No cumprimento de suas atribuições e obrigações estatutárias, a CDRJ planeja e executa suas ações pautada no Plano Nacional de Logística Portuária - PNL, no Plano de Outorgas - PGO, no Plano Mestre dos Portos, nos Planos de Desenvolvimento e Zoneamento - PDZ, no Programa de Dispersões Globais - PDG, no Regulamento de Exploração dos Portos - REP e nas Tarifas Portuárias aprovadas.

2. RESULTADOS OPERACIONAIS

O Complexo Portuário administrado pela Companhia Docas do Rio de Janeiro composto pelos portos do Rio de Janeiro, Niterói, Itaguaí e Angra dos Reis registrou, no mês, no exercício de 2018, uma movimentação em torno de **63.772.540 toneladas**. Esta curva apresentou um crescimento de 7%, comparada ao exercício anterior.

No exercício de 2018 movimento no Longo Curso **53.205.751 toneladas** na exportação e **8.074.807 toneladas** na importação; assim como no Cabotagem **1.432.542 toneladas** na exportação e **1.059.440 toneladas** na importação de Cabotagem.

Considerando a Natureza da Carga, a participação, para o total CDRJ, foi de respectivamente: Carga Geral, 15,5%; Granel Sólido, 84,1% e Granel Líquido, 0,4%.

No que diz respeito à movimentação de contêiner, transitaram pelos Terminais 473.866 unidades de contêineres, equivalentes a 703.653 TEU's.

As principais mercadorias movimentadas foram: na exportação, minério de ferro, carga contêinerizada, produtos siderúrgicos; na importação foram carga contêinerizada, carvão, coque de hulha, trigo, gesso, coque de petróleo.

A Companhia Docas do Rio de Janeiro, através dos seus portos filiados, tem movimentação diversificada, operando todas as Naturezas de Carga; ou seja, Carga Geral, Granel Sólido e Granel Líquido. O Porto de Niterói e Angra dos Reis têm a modalidade de operação Offshore.

Movimentação Geral de Carga

	Em toneladas			Em R\$ 1.000,00		
	2017	2018	Δ %	2017	2018	Δ %
MOVIMENTAÇÃO DE CARGA – NO CAIS						
Rio de Janeiro	6.356.201	7.123.351	12,1	183.621	192.060	4,6
Itaguaí	53.156.286	56.604.598	6,5	186.590	223.970	20,3
Niterói	22.123	44.603	201,6	7.109	7.038	-1,1
Angra dos Reis	42.996	0	-100	4.538	3.726	-17,9
TOTAL	59.577.596	63.772.540	7,0	381.367	426.703	11,1
Perfil por Natureza de Carga na CDRJ (Movimentação no Cais)						
	Em toneladas			Em toneladas		
	2017	2018	Δ %	2017	2018	Δ %
Natureza da Carga						
Sólidos a granel	50.812,943	53.604,964	5,5			
Líquidos a granel	244,347	254,440	4,1			
Carga Geral	187,081	487,096	259,9			
TOTAL	59.577,596	63.772,540	7,0			

Movimentação de Contêineres nos Portos da CDRJ

Porto	2017		2018		Δ %	
	Unidade	TEU	Unidade	TEU	Unidade	TEU
Rio de Janeiro	198.850	293.150	227.633	347.746	14,6	18,6
Itaguaí	187.081	316.189	246.033	415.907	31,5	31,5
CDRJ	385.937	609.318	473.866	763.653	22,8	25,3

3. APLICAÇÃO DE RECURSOS

3.1. Programa de Dispersões Globais

O Decreto nº 9.240/2017 aprovou o PDG (Programa de Dispersões Globais) para o exercício de 2018. Durante o ano, foram realizadas duas reapropriações. As alterações estão resumidas abaixo.

Receitas

Ato Legal	PDG	CORRENTES	CAPITAL	TOTAL
Decreto nº 9.240/2017	Dotação Inicial	424.199.607	1.321.428	425.521.035
Portaria nº 381/2018/MP	1ª Reapropriação	447.271.586	11.029.375	458.300.961
Ofício nº 101469/2017/MP	2ª Reapropriação*	447.271.586	11.029.375	458.300.961

* Reapropriação por remanejamento - não há alterações no valor global do grupo.

Dispersões

Ato Legal	PDG	CORRENTES	CAPITAL	TOTAL
Decreto nº 9.240/2017	Dotação Inicial	398.274.888	47.412.667	445.687.555
Portaria nº 381/2018/MP	1ª Reapropriação	467.460.066	62.592.533	530.052.599
Ofício nº 101469/2017/MP	2ª Reapropriação*	467.460.066	62.592.533	530.052.599

* Reapropriação por remanejamento - não há alterações no valor global do grupo.

3.1.1 Valores Executados no Exercício de 2018

As receitas próprias (faturadas) no período alcançaram o valor de R\$ 493,9 milhões. As despesas executadas com custos e investimentos com recursos próprios somaram R\$ 481,0 milhões, apresentando um resultado orçamentário positivo de R\$ 12,9 milhões.

Abaixo o quadro com o Resultado Econômico-Financeiro, com o acréscimo do Disponível Inicial do exercício de 2018:

Receitas Próprias Faturadas em 2018 (Reg. Competência)	493.956.328
(-) Dispersões Correntes Executadas	(464.078.698)
(-) Investimentos c/ Rec. Próprios Executados	(16.972.714)
(=) Resultado Orçamentário no Período	12.904.917
(+) Disponível Inicial Balanço 2018 - Rec. Próprios	28.163.303
(=) Resultado Econômico-Financeiro no período	41.895.229

Apesar do aumento de 6% das despesas correntes, avançada principalmente pelo aumento das demandas judiciais trabalhistas, a receita operacional compenhou com um aumento em torno de 14%, comparado ao exercício de 2017.

3.1.2 Recursos Totais (Próprios e Tesouro)

Os recursos disponíveis somaram o valor de R\$ 545,4 milhões, sendo R\$ 493,9 milhões em Receitas Correntes, R\$ 23,3 milhões de Recursos do Tesouro vinculados a Investimentos apurados como Saldo Financeiro de 2017 e Disponível Inicial do Balanço de R\$ 28,2 milhões (Recursos Próprios).

3.1.3 Recargas Correntes

As Recargas Correntes - Operacional, Não-Operacional e Recuperação de Vendimentos - somaram R\$ 493,9 milhões, apresentando um faturamento anual de 110% do total previsto para o exercício de R\$ 447,3 milhões.

Quanto ao faturamento, os Portos do Rio de Janeiro e Itaguaí obtiveram um aumento de 8,0% e 24,9 %, respectivamente, em relação ao ano de 2017. Nos Portos de Niterói e Angra dos Reis, a variação foi de 6,8% e -11,3%, respectivamente, em comparação a 2017, mas com baixo impacto na receita total.

Quanto à movimentação de cargas, o Porto do Rio de Janeiro encerrou o exercício com uma movimentação de 7,1 milhões de toneladas, 12,9% acima da média observada nos últimos três anos (2015-2017) de 6,3 milhões de toneladas e 12,1% acima da movimentação de 2017.

O Porto de Itaguaí encerrou o exercício com uma movimentação de 56,6 milhões de toneladas, 0,6% acima da média observada nos últimos três anos (2015-2017) de 56,3 milhões de toneladas e 6,5% abaixo em relação a 2017.

3.1.4 Receitas de Capital

Os créditos do Tesouro Nacional para Aumento do Patrimônio Líquido aprovados na LOA/2018 foram de R\$ 11,0 milhões, correspondendo às ações do Orçamento de Investimentos, com repasse financeiro efetivo para aumento de capital de R\$ 1,1 milhão.

3.1.5 Dispersões Correntes

A execução dos Dispersões Correntes alcançou R\$ 464,1 milhões, representando 93,3% da dotação aprovada para esse grupo de R\$ 497,5 milhões. Na composição dos gastos, as despesas com maior relevância foram no grupo de Pessoal com 55% do total realizado.

No Grupo Encargos Diversos foram executados R\$ 171,1 milhões, destacando-se as despesas com "Divida/Bloqueio Judicial Trabalhista" e "Divida/Bloqueio Judicial c/ Instituto Portus" que tiveram execuções acima da dotação aprovada, conforme segue abaixo:

(a) Divida/Bloqueio Judicial Trabalhista - Dotação aprovada de R\$ 52,1 milhões, com uma execução de R\$ 67,8 milhões - extrapolação devido à execução de condenações trabalhistas, bloqueios em conta corrente e bloqueios diretos nos arrendatários em favor dos processos vinculados. Aumento de 52% em relação a 2017. A CDRJ depende das informações dos arrendatários referente aos bloqueios efetuados nos faturas, o que causa dificuldade nos ajustes do orçamento.
(b) Divida/Bloqueio Judicial c/ Instituto Portus - Dotação aprovada de R\$ 14,5 milhões, com uma execução de R\$ 16,6 milhões. Bloqueios efetuados diretos nos arrendatários. A CDRJ depende das informações prestadas pelos arrendatários referentes aos bloqueios efetuados nos faturas, o que causa dificuldade nos ajustes do orçamento.

Quadro - Execução por Grupo / Dispersões Correntes

Grupos do PDG - Dispersões c/ Recursos Próprios	Aprovado (a)	Execução (b)	% (b/a)
Dispersões Correntes	467.460.066	464.078.698	99,3
Pessoal e Encargos sociais	271.375.183	258.502.614	95,3
Material de Consumo	1.655.821	1.237.147	74,7
Serviços de Terceiros	33.619.000	33.237.599	98,9
Encargos Diversos	154.810.062	171.101.339	105,2
Dispersões de Capital	20.626.708	16.972.714	82,2
Investimentos c/ Recursos Próprios	20.626.708	16.972.714	82,2
Total (a)	488.086.774	481.051.412	98,5

3.1.6 - Orçamento de Investimentos 2018

A Lei Orçamentária Anual nº 13.587/2018 aprovou o Orçamento de Investimentos de R\$ 47.412.667 milhões que, após ajustes orçamentários, passou para R\$ 54.978.008 milhões.

A execução do Orçamento de Investimento totalizou R\$ 26.296.647 ou 47,8 % do total da dotação aprovada (ajustada), conforme observado no quadro a seguir.

Orçamento de Investimento 2018

FUNÇÃO DE FINANCIAMENTO	LOA/2018	Ajustes	Lei+Créditos	Disponível	Compromissado	Realizado
2018	47.412.667	7.565.341	54.978.008		39.273.569	26.296.647
Recursos Próprios	4.514.700	16.112.008	20.626.708	20.626.708	18.481.869	16.972.714
Geração Própria	4.514.700	16.112.008	20.626.708	20.626.708	18.481.869	16.972.714
Recursos Tesouro	42.897.967	(8.546.667)	34.351.300	24.420.658	20.791.701	9.323.933
Rec. Tesouro Direto	1.321.428	(932.142)	389.286	0	0	0
Saldo Financeiro	41.576.539	(18.254.614)	23.321.925	23.321.925	15.648.323	9.323.933
Restos a Pagar	0	10.640.089	10.640.089	1.098.733	5.143.377	0
Total geral	47.412.667	7.565.341	54.978.008	45.047.366	39.273.569	26.296.647

O Orçamento de Investimento da CDRJ é subdividido, sob a ótica do PPA 2016-2019, em dois programas de governo, quais sejam: 0088 - Transporte Aquaviário e Programa 0807- Programa de Gestão e Manutenção de Infraestruturas de Empresas Estatais Federais.

3.2.1-Programa 2086-Transporte Aquaviário

O Programa 2086 - Transporte Aquaviário conta com 12 ações no Orçamento de Investimento da CDRJ dispostas de R\$ 50.963.308 ou 92,7% do total da dotação aprovada. O volume de recursos do programa influencia substancialmente o desempenho global da execução, denotando a importância das intervenções pretendidas pelos projetos integrantes do programa no contexto geral do Orçamento de Investimento. O desempenho em 2018 alcançou uma execução de R\$ 25.709.166 ou 46,8% do total da dotação aprovada no Orçamento de Investimentos de 2018 da CDRJ. Os motivos podem ser mais bem compreendidos se observados sob a perspectiva das ações integrantes do programa alocado, de acordo com a relevância dos projetos de investimentos, em dois grupos: Grupo PAC e Grupo Demais.

3.2.1.2-Programa 2086-Transporte Aquaviário: Grupo PAC

As 5 ações integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC dispõem de R\$ 15.397.003 ou 28,0% do total da dotação aprovada no Orçamento de Investimento. Apresentou uma execução de R\$ 5.009.162.

Ação 1442- Reforço Estrutural do Cais da Gamba no Porto do Rio de Janeiro (RJ) em 2018 prevendo um investimento de R\$ 250,0 milhões no porto do Rio de Janeiro através do Reforço estrutural do cais da Gamba no Porto do Rio de Janeiro. Após a liberação da Justiça Federal da continuidade da contratação, aguarda-se a aprovação dos recursos orçamentários.

Ação 1443-Implantação de Sistema de Apoio à Gestão de Tráfego de Navios pretende investir cerca de R\$ 40.000.000 através da Implantação do Sistema de Tráfego de Navios - VTMS. Em 2018 foram executados R\$ 5.366.368 na aquisição dos sistemas de apoio ao VTMS, através dos contratos CDRJ nº 063/2016 e nº 076/2017. Ao todo, já foi investido no projeto R\$ 12.962.814.

Ação 144L- Implantação de Sistema de Apoio ao Gerenciamento da Infraestrutura Portuária não houve execução e não há processos em andamento.

Ação 144R-Implantação do Programa de Conformidade do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efuentes Líquidos nos Portos Marítimos possui três projetos em fase interna de contratação. São eles: Construção de Área de Transferência Temporária no Porto do Rio de Janeiro, Obras de Ligação dos Efuentes de Esgoto Sanitário na Rede Coletora da CEDAE no Porto do Rio de Janeiro e Construção do Centro de Triagem de Resíduos no Porto de Itaguaí. Em 2018 foram realizadas as atualizações dos projetos para execução em 2019. Executado R\$ 83.794.

144M-Implantação de Sistema Portuário de Monitoramento de Cargas e da Cadeia Logística aguardando recursos orçamentários para a contratação dos serviços do Sistema de Cadeia logística Inteligente.

3.2.1.3 - Programa 2086-Transporte Aquaviário: Grupo Demais

As 7 ações integrantes do denominado "Grupo Demais" no "Programa 2086 - Transporte Aquaviário" somam R\$ 35.566.305 ou 64,7% do total da dotação aprovada no Orçamento de Investimentos. Os valores executados atingiram o montante de R\$ 19.640.003.

Segue a posição apurada ao final do exercício de 2018, discriminada para cada ação orçamentária.

Ação 144X- Adequação das Instalações de Acostagem, Movimentação e Armazenagem de Cargas no Porto do Rio de Janeiro (RJ) possui um investimento de R\$ 16.112.008 referente a apropriação da despesa com o financiamento à Liberação da Expansão do Terminal de Contêineres 1 no Porto do Rio de Janeiro. Há dois processos em andamento aguardando recursos orçamentários: 1- Obras de infraestrutura com corte de plataformas e Pavimentação asfáltica entre os armazéns 7 e 18.

Ação 144Y- Adequação de Instalações de Circulação no Porto do Rio de Janeiro (RJ) não há projetos em andamento.

Ação 144Z- Adequação de Instalações de Circulação no Porto de Itaguaí (RJ), possui um projeto em andamento referente a pavimentação das vias internas do Porto de Itaguaí, com valor previsto de R\$ 4,1 milhões.

Ação 145B -Adequação de Instalações Gerais e Suprimentos no Porto do Rio de Janeiro executou R\$ 2.499.358, referentes a Recuperação da Rede Elétrica de média tensão na área interna do Porto e soluções de segurança em tecnologia da informação para as instalações em geral. Em andamento os processos de Implantação do novo porto 2G, no Porto do Rio de Janeiro, aquisição de equipamentos para a rede de internet do porto e obras de acessibilidade para pessoas com deficiência no prédio da Superintendência do Porto do Rio de Janeiro.

Ação 145D -Adequação de Instalações Gerais e Suprimentos no Porto de Itaguaí executou R\$ 493.029 referente a Desapropriação para expansão do Porto de Itaguaí, Reforma da portaria principal do porto e Recuperação da rede de esgoto sanitário e rede de águas pluviais do Porto de Itaguaí. Em andamento os processos de Adequação do prédio institucional no Porto de Itaguaí, obras de acessibilidade para pessoas com deficiência no prédio da Superintendência do Porto de Itaguaí e Implantação e instalação do centro de manutenção e reparo do sistema de sinalização náutica do Porto de Itaguaí.

Ação 201M- Estudos para o Planejamento do Setor Portuário executou R\$ 218.609 referente à Atualização do Projeto Básico e Orçamento estimado das Obras de Ampliação do cais do Rio de Janeiro, à Atualização e adequação de anteprojetos dos sistemas do ISPS-CODE e Alfandagem e ao Projeto de Expansão do Porto de Itaguaí. Em andamento, porém sem execução, o Estudo de viabilidade do Terminal Ilha da Pombaba.

Ação 739I-Implantação do Sistema de Sinalização Náutica do Porto de Itaguaí (RJ) executou R\$ 317.000 referente à aquisição de bóias de sinalização náutica, contrato nº 027/2018.

3.2.2-Programa 0807-Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais

O Programa 0807- Programa de Gestão e Manutenção de Infraestruturas de Empresas Estatais Federais integra duas ações no Orçamento de Investimento da Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ dispostas de R\$ 4.014.700 ou 7,4 % do total da dotação aprovada. O volume de recursos do programa traz sua função menos relevante no contexto geral do Orçamento de Investimento, pois trata apenas a manutenção e adequação da infraestrutura operacional. A execução deste grupo de ações atingiu R\$ 587.481, representou 14,6% da dotação aprovada para o Grupo.

Os resultados alcançados pelas ações integrantes do programa no exercício de 2018 envolvem aquisições bens e materiais permanentes, inclusive de tecnologia da informação.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No ano de 2018, a Companhia efetivou os procedimentos para sua transformação de empresa de economia mista em empresa pública, após as devidas aprovações e resgate das ações dos seus antigos 8 acionistas minoritários privados.

ACDRJ, sob o comando de sua Diretoria Executiva, em estrita consonância com os planos e programas do Governo Federal, deu continuidade ao processo de modernização interna, efetuando a revisão dos procedimentos administrativos e gerenciais buscando melhorias na eficiência da gestão e a efetividade dos seus resultados.

A Companhia prosseguiu o pagamento regular do programa de parcelamento de dívidas tributárias (PERT) visando regularizar sua situação fiscal. Essa é uma condição necessária para que o realfandamento de área pública do Porto do Rio de Janeiro possa ser reconquistado junto à Receita Federal.

Foram terminados os estudos de demanda para futuros arrendamentos no Porto de Itaguaí, que apontaram potenciais cargas para serem operadas. Agora serão finalizados os estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental (EVIATE) das áreas designadas para essas cargas, com o intuito de possibilitar a liberação e arrendamento das mesmas. O mesmo procedimento foi iniciado para Ilha da Pombaba, na Baía de Guanabara.

A atual gestão segue trabalhando na melhoria nos processos, na melhoria da infraestrutura de comunicação, na implantação de sistemas para os controles dos acessos aquaviário e terrestre em nossos Portos, no gerenciamento eletrônico de documentos e na supressão de sistemas desobsoletos, objetivando uma única plataforma integrada.

Destaque-se, nesse sentido, a realização do Plano de Ação para Reestruturação Financeira, que foi elaborado pela Diretoria Executiva, validado pelo Conselho de Administração e aprovado pela Controladoria-Geral da União (CGU) e Tribunal de Contas da União (TCU), com êxito.

Todas as medidas adotadas foram estabelecidas para se adequar ao principal objetivo que é eliminar as barreiras ao fluxo de controle brasileiro, incentivando a redução de custos e o aumento da eficiência na movimentação de cargas.

Nesse misto, a CDRJ atua em parceria com os Governos Federal, Estadual e Municipal para a implantação de diversos projetos de obras de infraestrutura no porto e no seu entorno visando à melhoria das vias de acessos rodoviários, ferroviários e marítimos proporcionando um crescimento econômico-financeiro do setor portuário brasileiro.

Francisco Antônio de Magalhães Laranjeira
Diretor-Presidente

BALANÇO PATRIMONIAL

(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	2018	2017	PASSIVO	Nota	2018	2017
Ativo Circulante				Passivo Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa							



COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO
CNPJ/MF Nº 42.266.890/0001-28

MINISTÉRIO DA
INFRAESTRUTURA



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Em milhares de Reais)			
	Nota	2018	2017
Operações Continuadas			
Receita Operacional Líquida		401.150	345.119
Custos da Operação	20	(103.749)	(91.975)
Lucro Bruto		297.402	253.244
Resultado Operacional			
Despesas Gerais e Administrativas	21	(231.991)	(255.995)
Depreciação		(3.993)	(3.894)
Provisões Contábeis Líquidas	22	(81.367)	(129.495)
Outras Receitas Operacionais	23	51.085	42.045
Outras Despesas Operacionais		(117)	(21.514)
		(266.383)	(368.853)
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro		31.019	(115.609)
Resultado Financeiro			
Resultado Financeiro Líquido	24	(380.740)	(273.360)
Resultado do Exercício		(349.721)	(388.969)
Quantidade de Ações		1.222.461.484	1.222.461.562
Prejuízo por Ação do Capital Social (em Reais)		(0,29)	(0,32)

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (Em milhares de Reais)			DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (Em milhares de Reais)		
	2018	2017		2018	2017
FLUXO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			Receitas	378.974	311.602
Fluxo da Atividade Principal			Tarifas Portuárias	91.586	86.493
Resultado do Exercício	(349.721)	(388.969)	Arendamentos Operacionais e Aluguéis	324.931	269.996
(+) Resultados Anteriores	331.235	0	Provisão para Perdas Estimadas	(43.531)	(51.532)
(-) Depreciação e Amortização	10.517	10.292	Reversão de Provisões	5.988	6.645
Resultado Ajustado	(7.969)	(378.677)	Insumos Adquiridos de Terceiros	(83.359)	(99.964)
Contas a Receber	23.513	(1.983)	Materiais, Água, Energia e Serviços de Terceiros	(28.347)	(18.180)
Estoque	(366)	(366)	Despesas Judiciais e Provisões para Riscos Judiciais	(47.511)	(74.450)
Créditos Fiscais a Recuperar	(2.361)	133	Outros custos	(7.501)	(7.334)
Valores a Receber	(291)	13.957	Valor adicionado bruto produzido pela entidade	295.615	211.638
Outros Ativos	(991)	(401)	Depreciação e Amortização	(10.517)	(10.292)
Fornecedores	3.729	(3.883)	Valor adicionado líquido produzido pela entidade	285.098	201.346
Obrigações Trabalhistas e Assistenciais	3.503	(2.569)	Valor adicionado recebido em transferência		78.835
Obrigações Tributárias	23.655	(164.438)	Receitas financeiras	158.702	75.966
Obrigações Contratuais	18.796	(465.490)	Outras	194	2.869
Benefícios Pós-Emprego	40.053	134.229	Valor adicionado a distribuir	443.994	280.181
Caixa Líquido Consumido nas Atividades Operacionais	101.271	(868.740)	Distribuição do valor adicionado	443.994	280.181
FLUXO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			Pessoal	232.546	253.222
Varição do Realizável a Longo Prazo	(14.927)	(325.669)	R remuneração Direta (Ativos, Cedidos e Estagiários)	96.747	119.881
Varição do Ativo Permanente	(4.331)	(6.824)	Benefícios	55.498	43.097
Imobilizado	(4.331)	(5.429)	Benefícios Pós-emprego	21.340	22.509
Intangível	0	(1.394)	FGTS	10.664	10.767
Conta Única do Tesouro Nacional - SIAFI	8.144	1.550	INSS	34.056	38.186
Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Investimento	(11.114)	(330.943)	Encargos	3.313	4.007
FLUXO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			Provisões	8.995	14.055
Varição do Passivo Financeiro	(103.801)	1.203.601	Honorários da Diretoria, CONSAD e CONFIS	1.933	1.719
Empréstimos e Financiamentos	133.903	35.060	Tributos	21.724	8.084
Receitas Antecipadas	(9.361)	(15.429)	Federais	13.304	852
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	12.888	24.752	Estaduais	32	36
Outros Passivos	(241.230)	1.159.218	Municipais	8.388	7.196
Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Financiamento	(103.800)	1.203.601	Remuneração de capitais de terceiros	539.445	407.845
FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO	(13.643)	3.918	Despesas financeiras	539.445	370.795
Caixa e Equivalentes no Início do Período	28.163	24.245	Contratos	0	37.050
Caixa e Equivalentes no Fim do Período	14.520	28.163	Resultado do Exercício	(349.721)	(388.969)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em milhares de Reais)				
Descrição	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Totais	
Saldos em 1º de janeiro de 2017	2.455.537	(3.053.494)	(597.957)	
Aumento de Capital	0	0	0	
Ajustes de Exercícios Anteriores	0	(501)	(501)	
Resultado do Exercício	0	(388.969)	(388.969)	
Saldos em 31 de dezembro de 2017	2.455.537	(3.442.964)	(987.427)	
Aumento de Capital	0	0	0	
Ajustes de Exercícios Anteriores	0	331.236	331.236	
Resultado do Exercício	0	(349.721)	(349.721)	
Saldos em 31 de dezembro de 2018	2.455.537	(3.461.449)	(1.005.912)	

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDJR, com sede na Rua Acre, 21 Centro - Rio de Janeiro - RJ, é uma empresa pública, cuja criação foi autorizada pelo Decreto-Lei nº 794 de 27 de agosto de 1969, constituída sob a forma de sociedade anônima, vinculada ao Ministério da Infraestrutura, regendo-se pela legislação relativa às sociedades por ações, Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, pela Lei das Estatutos, Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e, no que for aplicável, pela Lei 12.815, de 9 de junho de 2013, que dispõe sobre a exploração direta e indireta pela União de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários. A CDJR tem por objeto social realizar, direta ou indiretamente, em harmonia com os planos e programas do Ministério da Infraestrutura, a administração e exploração comercial dos portos organizados e demais instalações portuárias do Estado - RJ.

2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia Docas do Rio de Janeiro, inclusive as notas explicativas, estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicadas de outra forma, e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor.

Nas operações realizadas com moedas estrangeiras, estas são convertidas para a moeda funcional (Real), utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação na qual os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto nos casos em que forem diferidos no patrimônio, caso ocorram operações de hedge de fluxo de caixa. Atualmente, a Companhia possui transações em moeda estrangeira em contratos de arrendamento provenientes da extinta PORTOBRAS, conforme nota explicativa 16.

3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

São as seguintes as práticas adotadas para a elaboração destas demonstrações financeiras:

3.1 Apuração do Resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência entre exercícios, sendo que a receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação dos serviços e arrendamento de áreas portuárias, representada líquida dos impostos. A CDJR reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança e quando seja provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e, ainda, quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

3.2 Demonstração do Resultado Abrangente

Não houve transações no patrimônio líquido, em todos os aspectos relevantes, que ocasionassem ajustes os quais pudessem compor a demonstração do resultado abrangente.

3.3 Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes incluem dinheiro em caixa, saldos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, de risco insignificante de mudança de valor e de alta liquidez.

3.4 Caixa Restrito

Representa os depósitos em Conta Única do Tesouro Nacional efetuados pela União, disponíveis para compromissos específicos em investimentos. Os valores são remetidos por meio do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI.

3.5 Instrumentos financeiros

(i) Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros em mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis. A administração determina a classificação dos seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(ii) Ativos financeiros

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos e as perdas decorrentes de variações em seu valor justo são apresentados na demonstração do resultado.

(iii) Empréstimos e Recebíveis

Os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não estão cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativos circulantes todos aqueles com prazo de vencimento até o último dia do exercício seguinte; caso contrário, estes são classificados como não circulantes. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem as contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método de taxa de juros efetiva.

3.6 Contas a receber

As Contas a Receber de clientes referem-se aos recebíveis do ativo circulante, sendo os valores faturados correspondentes ao preço da tarifa vigente na data da prestação dos serviços e no caso de arrendamento de áreas, pelos valores contratados. No saldo de contas a receber estão incluídos todos os serviços prestados e todas as receitas com arrendamentos até a data do encerramento do exercício. Do total do Contas a Receber, a Companhia deduz as perdas estimadas com crédito de liquidação divulsiva (PECLD) correspondendo à diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. O prazo médio de recebimento das contas a receber é de 30 dias, prazo considerado como parte das condições comerciais normais e inerentes às operações da Companhia. As PECLD são constituídas para todos os créditos vencidos e não recebidos há mais de 180 dias, em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir as possíveis perdas na realização destes créditos. Também haverá a constituição de perdas para os créditos vencidos há menos de 180 dias, quando for improvável a realização do crédito por motivos previamente conhecidos.

3.7 Estoques

Os estoques referem-se a itens de almoxarifado a serem utilizados nas atividades da empresa e estão avaliados ao custo líquido de aquisição, não excedendo o valor de mercado.

3.8 Créditos Fiscais a Recuperar

Correspondem aos saldos credores de PIS e COFINS a serem utilizados para futuras compensações, além do imposto de renda sobre aplicações financeiras e imposto de renda e contribuição social retidas por outros órgãos públicos.

3.9 Bens em Processo de Cessão

Uma vez classificados como bens disponibilizados para vendas e/ou cessão, os ativos não são depreciados e seu registro se dá pelo menor valor entre seu valor residual e seu valor de mercado. Os valores estão sendo informados na nota explicativa 9.

3.10 Cauções e Depósitos Vinculados

Correspondem a valores bloqueados e valores dados em garantia em processos de cobrança, os quais a Companhia mantém discussão acerca dos valores envolvidos e sua exigibilidade.

3.11 Propriedade para Investimentos

Propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital e não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. A propriedade é mensurada pelo custo no reconhecimento inicial. Alterações no valor justo são reconhecidas no resultado do exercício.

3.12 Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido de depreciação acumulada, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. A depreciação é calculada segundo o método linear, com base em taxas que contemplam a vida útil-econômica estimada para cada classe de bens e não ultrapassa os índices de dedutibilidade admitidos pela legislação fiscal.

3.13 Intangível

O ativo intangível está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada, calculada segundo o método linear, com base em taxas que contemplam a vida útil-econômica estimada para cada classe de bens e não ultrapassam os índices de dedutibilidade admitidos pela legislação fiscal.

3.14 Obrigações Trabalhistas Fiscais e Contratuais

As obrigações fiscais, trabalhistas e contratuais foram atualizadas, até a data do balanço.

3.15 Benefícios Pós-Emprego

Os benefícios concedidos a empregados e seus beneficiários, em especial os planos de aposentadoria e pensão junto ao PORTUAS - Instituto de Seguridade Social, decorrem de termos de confissões de dívidas e de cálculos atuariais.

3.16 Arrendamento Mercantil

Os valores provenientes de contratos de leasing, recebidos por transferência da extinta Empresa de Portos do Brasil - PORTOBRAS, são atualizados pelas taxas iniciais contratadas, mantidos no passivo até a liquidação da dívida, conforme detalhado na nota explicativa 16.

3.17 Provisões para Contingências

As provisões para contingências foram reconhecidas com base nas estimativas de perdas prováveis em ações nas



COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO
CNPJ/MF Nº 42.266.890/0001-28

**MINISTÉRIO DA
INFRAESTRUTURA**



cuja a Companhia é parte reclamada, mensuradas através de relatórios gerenciados pela Superintendência Jurídica da CDRJ, sendo o seu reconhecimento, mensuração e divulgação efetuados em atendimento ao CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

3.18 Receitas Diferidas

Devido à realização de operação de antecipação de recebíveis junto à União, por conta de cessão de créditos futuros, da carteira de clientes da CDRJ, as receitas inerentes a estes créditos são reconhecidas à medida que são incorridas, em atendimento ao regime de competência.

3.19 Imposto de Renda e Contribuição Social

A despesa do imposto de renda e da contribuição social são apropriadas na demonstração do resultado, exceto quando estiverem relacionadas com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Os encargos de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos, são calculados com base nas leis tributárias vigentes.

4 – CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Em contas a receber de clientes, a CDRJ vem reconhecendo em provisão para créditos de liquidação duvidosa todos os valores vencidos há mais de 180 dias, ou antes, caso seja improvável a realização do crédito. As contas a receber a vencer são realizáveis no prazo médio de 30 dias, não sendo relevante o ajuste ao valor presente. Os valores registrados são:

	31/12/2018	31/12/2017
Clientes Nacionais	180.953	161.103
(-) Perdas Estimadas	721	412
Totais	8.035	31.548

5 – CRÉDITOS FISCAIS A RECUPERAR

O detalhamento dos créditos tributários está composto abaixo:

	31/12/2018	31/12/2017
Imposto de Renda	5.455	3.403
Contribuição Social	721	412
Totais	6.176	3.815

6 – VALORES A RECEBER

	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Município do Rio de Janeiro	6.306	6.044	40.773	53.893
Convênio CDRJ x INEA	1.200	1.200	-	-
Outros Valores a Receber	756	736	-	-
Totais	8.272	7.980	40.773	53.893

Município do Rio de Janeiro compreende o saldo a receber referente à indenização por desapropriação administrativa de 14 (catorze) imóveis ou terrenos urbanos de titularidade da CDRJ, nos termos do Decreto Presidencial nº 2003, de 10 de setembro de 2013, o qual autorizou o Município do Rio de Janeiro a declarar de utilidade pública o domínio público dos imóveis pertencentes à CDRJ, destinados à implantação da urbanização da área portuária.

O **Convênio CDRJ/INEA** refere-se ao repasse da União para o Instituto Estadual do Ambiente, a título de investimento no Programa de Saneamento de Sepelita, conforme Termo de Convênio nº 120/2012, assinado entre a CDRJ e o INEA, visando ações de depuração da Praia de Sepelita. Em contrapartida, o convênio possibilita a CDRJ pugnar pela compensação do valor em face da execução movida pelo Ministério Público Federal, nos autos da Ação Civil Pública nº 2003.51.01.022388-0. Após o término do contrato, o INEA realizou a prestação de contas e pleiteou novo aditivo com fins de utilização do saldo de R\$ 1.200 mil (referente ao valor não utilizado de R\$ 500 mil e atualização no valor de R\$ 700 mil) que, de vez restituído à CDRJ, a Diretoria Executiva da CDRJ rejeitou a proposta e propôs o ajustamento de ação visando o ressarcimento do saldo remanescente, devidamente atualizado.

7 – DEPOSITOS JUDICIAIS

Valores relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos respectivos litígios:

	31/12/2018	31/12/2017
Ações Judiciais – IPTU	13.408	19.506
Ações Judiciais – Portus	236.891	283.366
Outras Ações Judiciais	85.680	30.773
Totais	329.969	335.665

As **Ações Judiciais – IPTU** tratam de pedidos de reconhecimento de imunidade tributária, em face dos Municípios do Rio de Janeiro, Niterói, Itaguaí e Angra dos Reis, nas quais foram depositados em juízo os valores correspondentes ao imposto Predial Territorial Urbano – IPTU dos exercícios de 2013 a 2015.

As **Ações Judiciais – Portus** são referentes a depósitos judiciais, nos autos dos seguintes processos: 0105594-59.2004.8.19.0001 – 2ª Vara Cível do Rio de Janeiro; 0022472-95.1997.8.19.0001 – 20ª Vara Cível do Rio de Janeiro; 0038850-87.2001.8.19.0001 – 33ª Vara Cível do Rio de Janeiro; 014831-13-43.2000.8.19.0001 – 49ª Vara Cível do Rio de Janeiro; 0109587-82.2013.4.02.5101 – 18ª Vara Federal do Rio de Janeiro. Em outubro, foi contabilizado o resgate de R\$ 81.426 mil referente ao processo 0105594-59.2004.8.19.0001, conforme alvará nº 21/1669/2018.

Outras **Ações Judiciais** compreendem os depósitos judiciais no processo da varal salarial denominada VPNI, no valor aproximado de R\$ 22.468 mil (R\$ 5.330 mil, em 2017), além dos bloqueios em processos das Varas do Trabalho.

8 – PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém recursos em conta específica pertencente ao Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI, segundo nota explicativa 3.4. Entretanto, por solicitação de sua controladora, foram transferidos, através do SIAFI, os montantes de R\$ 279.900 mil em 31/12/2015 aos cofres do Governo Federal, em 2014 e 2015, respectivamente.

9 – BENS EM PROCESSO DE CESSÃO

São terrenos na área do porto organizado de Itaguaí, baixados para cessão à União para utilização no programa de construção da Base e Estaleiro Naval e área de apoio para submarinos convencionais e nucleares para a Marinha do Brasil, através do Protocolo de Intenções firmado entre SEP/PR, Ministério da Defesa, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG, Comando de Marinha e Companhia Docas do Rio de Janeiro, datado em 17/03/2010 e Contrato C-SUPJUR nº 30, de 10/02/2010. O valor encontra-se registrado nesta conta aguardando o encerramento do processo de doação dos bens, que terá como contrapartida a redução da participação da União no Capital Social da Companhia.

10 – CAUÇÕES E DEPOSITOS VINCULOS

Os seguintes valores compõem o grupo:

	31/12/2018	31/12/2017
Recursos Bloqueados RSD	9.232	9.232
Bloqueios em Conta Corrente	126.266	90.763
Bloqueios em Ações do Leasing	137.197	137.197
Recursos Judiciais	11.413	13.230
Totais	284.108	250.422

Recursos **Bloqueados RSD** referem-se aos valores de Reembolso de Serviço de Dragagem depositados no BNDES como garantia aos contratos de leasing da extinta Empresa de Portos do Brasil – PORTOBRS, S/A. Seus recursos encontram-se bloqueados em Juízo na 3ª Vara Federal do Rio de Janeiro.

Bloqueios em Conta Corrente são relativos a diversas ações trabalhistas e algumas cíveis, com pedido de penhora judicial em conta bancária.

Bloqueios nas Ações do Leasing Portobrás são penhoras na receita da CDRJ para garantia dos processos judiciais nº 1998.001.185286-0, movido pela Companhia Inter-Atlântico de Arrendamento Mercantil, e nº 0102697-82.2009.8.19.0001, movido pela Companhia Brooklin Empreendimentos S/A.

11 – IMOBILIZADO

O ativo imobilizado está assim composto:

	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido 31/12/2018	Líquido 31/12/2017
Bens em Operação	287.301	(143.804)	143.397	144.936
Bens - Administração	985.367	(126.738)	858.629	863.534
Imobilizado em Andamento	51.292	-	51.292	50.752
Imobilizado a Classificar	16.321	(750)	15.571	15.571
Totais	1.340.281	(271.392)	1.068.889	1.074.797

12 – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E ASSISTENCIAIS

O grupo está composto da seguinte maneira:

	31/12/2018	31/12/2017
Remunerações	10.054	9.770
Contribuições	391	385
Messada Judicial	284	274
Provisões e Encargos	15.987	12.784
Totais	26.716	23.213

13 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

As obrigações tributárias, demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis, incluídos os encargos e atualizações, quando aplicáveis, incorridos até a data do balanço, têm a seguinte composição:

	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
IPTU	13.191	13.143	-	-
ISS	3.382	3.367	469.334	370.242
Parcelamentos Federais	37.730	-	455.028	452.698
PARSE/COFINOS	27.709	25.971	-	-
IR e CSLL	7.690	9.755	-	-
INSS/FGTS	5.099	30.779	-	-
ATP	8.820	6.620	-	-
Taxa de Ocupação	11.322	-	-	-
Outros	734	90.187	-	-
Totais	115.677	90.022	924.362	822.940

O saldo de **IPTU** a receber é referente a dois acordos de pagamento com o Município do Rio de Janeiro, de débitos inscritos em Dívida Ativa em 2009, inscritos 18/02528-2 e 3017358-7, os quais a CDRJ não recolhe desde janeiro de 2013, além dos impostos relativos aos exercícios de 2016 e 2017 dos Municípios do Rio de Janeiro, Itaguaí, Niterói e Angra dos Reis.

O **ISS** é referente aos impostos cobrados pelo Município do Rio de Janeiro, vencidos e não pagos desde julho de 1989. Parte do crédito está sendo cobrado por meio de seis processos judiciais, em fase de execução, que tramitam na 12ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital.

Os **Parcelamentos Federais** compreendem quatro modalidades do Programa Especial de Regularização Tributária – PERT, cuja adesão ocorreu em 14 de novembro de 2017, dois parcelamentos ordinários – Previdenciário e PIS/COFINOS, aderidos em 20 de maio de 2018 e 13 de julho de 2017, respectivamente, além de dois processos de pagamento mensal de multas aplicadas pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ.

O **ATP** – Adicional de Tarifa Portuária, instituído pela Lei nº 7.700, de 21 de dezembro de 1988, tratava-se de cobrança de taxa cuja base de cálculo eram as operações de importação e exportação, objeto do comércio na navegação de longo curso. A Lei nº 9.308, de 2 de outubro de 1996 revogou a supracitada Lei e, consequentemente, adinguiu a cobrança do adicional. O saido permaneceu registrado contabilmente até 26/02/1999, quando a União efetuou transferência do valor aproximado de R\$ 16,8 milhões para baixa parcial do passivo, tendo o aumento do Capital Social como contrapartida.

14 – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

As obrigações contratuais são demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis, incluídos os encargos e atualizações, quando aplicáveis, incorridos até a data do balanço, e possuem a seguinte composição:

	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Depósito Cauçionado	6.481	6.583	-	-
Expansão Terminal 1	21.081	15.400	48.872	37.253
Cessão de Crédito	149.898	136.895	-	345.093
Outros	7.066	2.751	-	-
Totais	180.226	161.430	48.872	382.346

A **Expansão do Terminal 1** constitui obrigação assumida com o Grupo Libra, referente às obras de ampliação do cais da área aberta. As obras, por força do 12º (décimo-segundo) Termo Aditivo ao Contrato C-DEJUR nº 010/98, assinado em 16 de setembro de 2011, eram de responsabilidade da CDRJ, mas foram financiadas pela arrendatária, A Diretoria Executiva, em sua 2098ª reunião, realizada em 7 de outubro de 2014, deliberou sobre o ressarcimento das despesas. O término do contrato está previsto para 16 de janeiro de 2023.

A **Cessão de Crédito** refere-se aos contratos firmados entre a CDRJ e a União, nos quais a CDRJ transferiu à União parte dos direitos de créditos decorrentes dos contratos de arrendamento firmados com a Libra Terminal Rio e Sepelita Teccon, vencíveis até o exercício de 2023. A União efetuou o pagamento à CDRJ em Letras Financeiras do Tesouro Nacional, com objetivo exclusivo de quitação de passivo trabalhista. Os valores contabilizados referem-se às parcelas não recolhidas ou recolhidas parcialmente e à atualização de valores pagos em atraso. Em 2018, houve a reclassificação do longo prazo para o curto prazo porque o débito representa valores vencidos.

15 – BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A CDRJ é patrocinadora, em conjunto com as demais empresas do sistema portuário, de um plano de suplementação de aposentadoria de seus empregados e beneficiários. Esse fundo, do tipo "benefício definido", é administrado pelo Portus – Instituto de Seguridade Social, entidade de previdência complementar, fiscalizada pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência e Assistência Social. A CDRJ contribui com uma parcela mensal sobre a massa de salários dos empregados participantes, paritária aos valores por eles recolhidos.

A responsabilidade da patrocinadora CDRJ, incluindo o déficit atuarial, conforme informações apresentadas pelo Portus no seu relatório referente ao exercício de 2018, é de, aproximadamente, R\$ 701.611 mil (R\$ 954.403 mil em 2017). Faz-se necessário registrar que a diferença entre os valores apresentados pelo Portus e aqueles reconhecidos pela CDRJ continuam em controvérsia, motivo pelo qual a questão está sendo discutida na esfera judicial.

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, através da Portaria nº 459, de 22 de agosto de 2011, decretou intervenção na entidade.

A CDRJ e o PORTUS – Instituto de Seguridade Social assinaram, no dia 1º de outubro de 2015, termo de confissão de dívidas, com indicação de forma de pagamento de contribuição patronal. O acordo foi consequência da criação pela Presidência da República, de um grupo de trabalho com a finalidade de apurar a dívida das patrocinadoras com o Portus. Entretanto, os repasses da União ocorreram apenas no exercício de 2016 e não foram suficientes para liquidar o débito confessado.

As contas possuem a seguinte composição:

	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Contribuições Correntes	2.842	1.310	-	-
Confissão de Dívidas	271.252	232.731	-	-
RTSA	-	-	308.875	353.280
Totais	274.094	234.041	308.875	353.280

16 – ARRENDAMENTO MERCANTIL

Trata-se de contratos de leasing de equipamentos portuários transferidos da extinta Empresa de Portos do Brasil – PORTOBRS para a CDRJ, administrados pelas seguintes empresas:

- Companhia Inter Atlântico de Arrendamento Mercantil (Banco J.P. Morgan S/A)
- Comind Leasing Arrendamento Mercantil S/A; (Brooklin Empreendimentos S/A)
- Unibanco Leasing S/A (IBENS Leasing S/A)
- Manufactures Hannover (Banco J.P. Morgan S/A)

Em relação ao contrato firmado com a Companhia Inter Atlântico, em 03 de janeiro de 2006, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro decidiu pelo bloqueio de 40% (quarenta por cento) da receita bruta da CDRJ, até o valor aproximado de R\$ 135,0 milhões, para garantia do processo judicial nº 0150316-36.1998.8.19.0001, em cumprimento ao mandado de intimação expedido pela 11ª Vara Cível. No exercício de 2011, houve liberação de recursos ao Banco J.P. Morgan, agente financeiro da CDRJ. A execução foi extinta em 22 de novembro de 2015, época em que a credora deu quitação da dívida.

Quanto ao contrato firmado com a Companhia Inter Atlântico, em 21 de setembro de 2010 foi expedida intimação pelo TJRJ, determinando o bloqueio de 20% da receita devida pelos arrendatários, para garantia do processo judicial nº 0102697-82.2009.8.19.0001, movido pela Companhia Brooklin Empreendimentos S/A, adquirente dos direitos creditórios da Comind. Também houve liberação de recursos bloqueados no exercício de 2011. A execução foi extinta em 30 de janeiro de 2017.

A CDRJ entendeu que os valores bloqueados superaram as ordens de bloqueio e entrou com pedido junto à 11ª Vara Cível do Rio de Janeiro para a liberação do saldo remanescente. Apesar do pedido, os valores foram transferidos para as demais execuções judiciais movidas pela DIBENS Leasing S.A. (sucessora da Unibanco Leasing) e pelo Banco J.P. Morgan, detentora dos direitos da Manufactures Hannover.

CDRJ ingressou com petição requerendo o dedução das execuções em curso (DIBENS e J. P. Morgan) para a Justiça Federal, haja vista a natureza jurídica da CDRJ que passou de Sociedade de Economia Mista para Empresa Pública. Até 30 de setembro de 2018, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro ainda não havia proferido a decisão.

Os valores foram contratados em moeda estrangeira e permanecem registrados na contabilidade, devidamente atualizados:

Não Circulante

	31/12/2018	31/12/2017
Unibanco	607.099	498.551
Hannover	141.661	116.306
Totais	748.760	614.857

17 – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A CDRJ constitui provisões para processos trabalhistas, cíveis e tributários a valores considerados pela Superintendência Jurídica como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis e estão compostas da seguinte maneira:

	31/12/2018	31/12/2017
Trabalhistas	251.013	207.117
Cíveis	406	10.097
Tributárias	1.216	195
Totais	252.635	217.409

As Provisões são reconhecidas tendo como base as opiniões dos advogados e estimativas sobre o valor a ser desembolsado em cada ação, sob o risco de condenação por sentença definitiva. Os critérios utilizados pela Superintendência Jurídica para apuração dos montantes das contingências e classificação das demandas estão relacionados ao andamento dos processos. Assim, nos casos de execução, o valor estimado considerado como perda provável será o valor da condenação e, nos casos em que os processos se encontram em fase de cognição, o montante considerado será o valor da causa. As ações demandam apuração em sede de procedimento judicial específico de liquidação, o que é sempre realizado no momento processual adequado, individualmente, por pericial/assistência técnica, resguardado o interesse da Companhia. A Sociedade de Advogados Tostes & de Paula Advocacia Empresarial atua nos processos trabalhistas. Já as ações Cíveis e Tributárias são acompanhadas pelos próprios advogados da Companhia.

17.1 – Perdas Possíveis Não Provisionadas no Balanço

A Companhia possui outras contingências trabalhistas, cíveis e tributárias nas quais, conforme opinião dos advogados, as probabilidades de perdas são remotas ou até possíveis. Contudo, há contingências que, devido ao valor das ações, podem propiciar perdas relevantes à CDRJ em R\$ 831.338 mil, sendo:

- Ações Trabalhistas – R\$ 64.240
- Ações Cíveis – R\$ 164.144
- Ações Tributárias – R\$ 102.952

18 – ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

A CDRJ constitui provisões para investimentos em ações de programas de investimentos na Companhia. Os valores sofrem a incidência de atualização financeira com base na variação da Taxa SELIC até a sua capitalização, conforme Decreto nº 2.673/1998.

O grupo possui a seguinte composição:

	31/12/2018	31/12/2017
Repasse ao Portus	183.853	172.745
Subsídio do Estado do Rio de Janeiro	2	2
Modernização Portuária	9.579	9.000
Gerenciamento de Resíduos	1.132	-
Correção Monetária Decreto 2.673/98	1.131	1.062
Totais	195.697	182.809

19 – CAPITAL SOCIAL

O Capital Social da Companhia no montante de R\$ 2.455.537 mil está representado por 1.222.461.484 ações, totalmente integralizadas assim distribuídas:

Acionistas	Ordinárias	Preferenciais	Total
União	611.151.091	611.151.092	1.222.302.183
Estado do Rio de Janeiro	79.651	79.650	159.301
Totais	611.230.742	611.230.742	1.222.461.484

O último aumento de Capital Social da Companhia foi homologado pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia Docas do Rio de Janeiro, no dia 11 de dezembro de 2015.

Respalda na Lei nº 13.303, de



COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO
CNPJ/MF Nº 42.266.890/0001-28

MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA



23 – OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

O grupo possui a seguinte composição:

	31/12/2018	31/12/2017
Aluguel	11.921	9.604
Multas Aplicadas	2.967	378
Recuperação de Vencimentos	35.406	28.998
Outras	79	3.065
Totais	51.085	42.045

A conta Recuperação de Vencimentos registra o recebimento do ressarcimento com os gastos relativos aos empregados da CDRJ cedidos a outros órgãos ou entidades.

24 – RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

O grupo possui a seguinte composição:

	31/12/2018	31/12/2017
Receitas Financeiras	31.673	15.283
Despesas Financeiras	(306.733)	(278.151)
Variações Monetárias Ativas	127.029	60.683
Variações Monetárias Passivas	(232.709)	(71.175)
Totais	(380.740)	(273.360)

25 – REMUNERAÇÃO PAGA

As remunerações pagas pela empresa aos seus diretores e empregados, incluídas todas as vantagens e benefícios efetivamente percebidos foram:

	31/12/2018	31/12/2017
Valores expressos em Reais		
Menor remuneração paga aos empregados	1.502,28	1.590,31
Remuneração média aos empregados	11.659,87	13.229,31
Menor remuneração paga aos diretores	40.395,99	34.679,01
Menor remuneração paga aos empregados	65.623,35	56.575,39

26 – APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A autorização, pela Diretoria Executiva, para a conclusão da preparação destas demonstrações, ocorreu em 28 de fevereiro de 2019.

FRANCISCO A. M. LARANJEIRA DIRETOR – PRESIDENTE CPF Nº 332.852.767-20	SHALON CHARLES S. GOMES DIRETOR CPF Nº 014.363.387-27	FREDERICO RIBEIRO KLEIN DIRETOR CPF Nº 012.950.577-35
HELIO SZMAJSER DIRETOR CPF Nº 553.615.367-68	EDUARDO PIRES SOARES CONTADOR – CRC/RJ 110913/O-7 CPF Nº 080.022.657-77	

PARERE CONFS Nº 0012019 – CONSELHO FISCAL

Parer do Conselho Fiscal Nº 001/2019 da Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ

O Conselho Fiscal da COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ, em sua 572ª Reunião Extraordinária, realizada em 11/03/2019, no uso de suas atribuições conferidas pelo Art. 84, incisos II e III, do Estatuto Social da Companhia, procedeu ao exame do Relatório Anual da Administração, bem como do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2018, à vista do Relatório dos Auditores Independentes - "Staff Auditoria e Assessoria", de 22 de fevereiro de 2019.

Considerando as ressalvas e recomendações constantes do Relatório dos Auditores Independentes, já apontadas em exercícios anteriores, no título "Base para opinião com ressalvas", e a manifestação do Conselho de Administração registrada na Ata da 713ª Reunião Extraordinária, realizada em 11/03/2019, o Conselho Fiscal OPINA no sentido de que o Relatório Anual da Administração e as referidas demonstrações contábeis refletem a situação patrimonial e a posição econômico-financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2018, estando em condições de serem submetidos à Assembleia Geral para a apreciação dos Acionistas. O Conselho registra, ainda, a existência de prejuízos acumulados no exercício no montante de R\$ 3.461.449 mil, patrimônio líquido negativo de R\$ 1.005.912 mil, bem como a falta das certidões de regularidade fiscal da Companhia, reiteradamente apontada em suas Atas.

Rio de Janeiro, 11 de março de 2019

VLADIMIR REIS JOAQUIM LOPES
Representante do Tesouro Nacional
Presidente do Conselho Fiscal
ALEXANDRE MALVESTIO CLEMENTE
Representante do Ministério da Infraestrutura
RENATO OLIVEIRA RAMOS
Representante do Ministério da Infraestrutura
JORGE FERNANDES DA CUNHA FILHO
Representante do Governo do Estado do Rio de Janeiro

DELIBERAÇÃO Nº 783/2019/CONSAJ/CDRJ

REUNIÃO CONSAJ Nº 713ª, de 11/03/2019

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO (CDRJ), no uso de suas atribuições estatutárias, conforme disposto no Artigo 54, Inciso XLVII do Estatuto Social da Companhia,

DELIBERA:

Pela aprovação do Relatório Anual da Administração, do Balanço Patrimonial e demais demonstrações financeiras, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 e encaminhamento ao Conselho Fiscal para emissão de parecer.

Rio de Janeiro, 11 de março de 2019.

FÁBIO LAVOUR TEIXEIRA
Presidente do Conselho de Administração

DELIBERAÇÃO Nº 784/2019/CONSAJ/CDRJ

REUNIÃO CONSAJ Nº 713ª, de 11/03/2019

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO (CDRJ), no uso da atribuição que lhe confere o Artigo 54, Inciso XII do Estatuto Social e, considerando o deliberado em sua 713ª Reunião Extraordinária do Colegiado, realizada em 11 de março de 2019.

DELIBERA:

Autorizar a Convocação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da CDRJ, a realizar-se em 30 de abril de 2019, na Sede da Companhia Docas do Rio de Janeiro, de conformidade com o Artigo 123 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Rio de Janeiro, 11 de março de 2019.

FÁBIO LAVOUR TEIXEIRA
Presidente do Conselho de Administração

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores e Conselheiros da COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO – CDRJ

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações contábeis da COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO – CDRJ, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelas possíveis efeitos dos assuntos descritos no parágrafo "base para opinião com ressalvas", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO – CDRJ em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalvas

Contas a receber de partes relacionadas

A companhia possui contabilizado em contas a receber de partes relacionadas, no ativo não circulante, o montante de R\$ 293.215 milhões. Este valor tem origem em um aumento de capital realizado pelo acionista controlador, para fazer frente à obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) que por fim não foram realizadas. Por solicitação, a administração da companhia fez devolver esse valor ao acionista controlador, que teve sua contrapartida contabilizada indevidamente em contas a receber, quando deveria ter sido baixado do capital social do acionista controlador. Consequentemente, o ativo e o patrimônio líquido da companhia estão superavaliados em R\$ 293.215 milhões.

Estudos anuais sobre vida útil de imobilizados e intangíveis

Anteriormente, as práticas contábeis adotadas no Brasil consideravam como aceitáveis as taxas de depreciação fiscais a serem utilizadas para fins contábeis. Com o advento da Lei 11.638/07 e a emissão do pronunciamento técnico contábil CPC 27 – Ativo Imobilizado, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e sua interpretação ICP 10 e pronunciamento técnico contábil CPC 04 – R3 – ativos intangíveis, as empresas foram requeridas a calcular e registrar a depreciação e amortização de acordo com a expectativa de vida útil dos ativos imobilizados e intangível, sendo que os efeitos dessa revisão de vida útil deviam ter sido ajustados de forma prospectiva a partir de 01 de janeiro de 2010. Contudo, a administração não determinou as análises para determinação da vida útil dos ativos imobilizados e intangível, e a verificação dos possíveis impactos decorrentes da aplicação desse procedimento contábil referente a rubrica "imobilizados". Consequentemente, não foi possível satisfazer-nos, por meio de outros procedimentos de auditoria, caso a companhia tivesse revisado a vida útil de seus ativos imobilizados e intangíveis, dos eventuais efeitos, sobre o saldo de depreciação acumulada e amortização acumulada registrados no ativo não circulante.

Teste de recuperabilidade sobre os ativos (teste de impairment)

A administração da companhia não efetuou o teste de recuperabilidade dos valores registrados no imobilizado e intangível (teste de impairment), descrito no CPC 27, com o objetivo de assegurar que os citados ativos não estejam registrados por valores superiores àqueles passíveis de serem recuperados no tempo pelo uso nas operações da companhia ou pela sua venda. Consequentemente, não foi possível mensurar os efeitos da não adoção do CPC 27 e ICP 10 no resultado do exercício e no patrimônio líquido.

Cálculo atuarial e valores a pagar - PORTUS

Conforme nota explicativa nº 15, a companhia é patrocinadora de plano de suplementação de aposentadoria e outros benefícios de risco a funcionários, através dos PORTUS – Instituto de Seguridade Social, entidade fechada de previdência privada. A responsabilidade da companhia, incluindo o déficit atuarial conforme cálculo efetuado por empresa contratada pela PORTUS, é de R\$ 701.611 milhões em 31/12/2018 (R\$ 654.493 milhões em 2017). Os valores reconhecidos pela companhia montam R\$ 582.969 milhões em 2018 (R\$ 587.321 milhões em 2017). A discussão está judicializada. Consequentemente, as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2018 encerram-se em desacordo com os critérios requeridos na NBC T/G-33 (R2), que trata do reconhecimento dos Benefícios a Empregados.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Auditoria do período anterior

As demonstrações contábeis da COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO – CDRJ para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, emitidas para fins comparativos, foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram relatório em 11 de abril de 2018 em opinião com modificação sobre essas demonstrações contábeis, devido aos seguintes assuntos: (i) – contas a receber de partes relacionadas; (ii) – falta de estudos e sobre o imobilizado; (iii) – falta de evidências suficientes sobre parte da conta "instalações"; (iv) – divergência de reconhecimento de benefícios a empregados, contrariando as normas contábeis; (v) – falta de evidências suficientes sobre 2 (dois) contratos de leasing.

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração, e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis,

conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações de valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório de Atividades. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório de Atividades e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório de Atividades e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentemente estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório de Atividades, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contornar, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões sobre fundamentações nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamos-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos da companhia.

Campinas/SP, 22 de fevereiro de 2019
STAFF AUDITORIA E ASSESSORIA
CNPJ nº 07.791.963/0001-08
CRCSP/020295/O-1 S 75 RJ
Roberto Araújo de Souza
Sócio Responsável
CFCRC/1SP242826/O-3 S "RJ"

MAIS FÁCIL DE VENDER.

MAIS FÁCIL DE ACHAR.

MAIS FÁCIL DE COMPRAR.

CLASSIMAS

LIGUE E ANUNCIE: 2532-5000 O DIA